

OCUPAÇÕES DE FÁBRICAS.

A LUTA PELO EMPREGO E A DEMOCRACIA OPERÁRIA

VINÍCIUS MARTINS DE CAMARGO
PAULO CESAR XAVIER PEREIRA
Coordenadores deste número

O desenvolvimento capitalista produziu a grande indústria, onde se desenvolveram e aprimoraram, por sua vez, os métodos de extração de mais-valia, fonte da riqueza da classe dominante. Com base no uso da maquinaria e da divisão social do trabalho, a indústria moderna caracteriza-se por socializar a produção com a cooperação entre trabalhadores, através da qual o potencial produtivo humano é elevado a taxas de produtividade nunca antes imaginadas. Mas enquanto a produção é socializada, os lucros são privatizados.

A cidade moderna e contemporânea, condição e produto desta industrialização, está diretamente relacionada à socialização da produção e do consumo do espaço urbano, por um lado, e sua privatização, por outro. Esta cidade é condição para a produção, o mercado e a reprodução da força de trabalho que opera as máquinas. A experiência das ocupações de fábricas e da democracia operária diz total respeito ao debate sobre a questão urbana.

No interior dos Estados capitalistas, está sempre presente, em maior ou menor escala, a propriedade pública, Estatal, que supõe-se, pelo senso comum, de todos. Mas ela também está sob constante disputa. Para o funcionamento da sociedade

capitalista, a massa dos meios de produção pertence a proprietários privados, que concorrem entre si para maximizar o lucro na venda de seus produtos. O capital socializa determinados aspectos da economia apenas na medida necessária para a garantia do lucro privado, medida essa que se altera a depender da conjuntura, mas nunca excede o mínimo. Qualquer serviço público, qualquer direito ou qualquer ampliação do papel do Estado para além do demandado pelo capital é produto da luta de classes em defesa do trabalho. Vivemos em um sistema cuja produção não é feita tendo em vista quem trabalha ou as necessidades dos consumidores, mas a geração de lucros dos investidores.

Quem olha para dentro do espaço de uma fábrica lucrativa vê o máximo de planificação, de economia de recursos e otimização dos processos de trabalho; quem olha para o mercado como um todo vê competição e anarquia. Quem olhasse para o fluxo das antigas esteiras tayloristas ou quem hoje olhe para as limpas e robotizadas linhas de produção, vê organização e ritmo controlados; quem olha para o trânsito das nossas grandes cidades vê o caos. Dentro da fábrica de automóveis impera a tecnologia, mas nas grandes cidades da América Latina os congestionamentos e a poluição deterioram a vida urbana.

A socialização da produção e do consumo encontra obstáculo na própria competição capitalista que leva fábricas à falência e degrada a condição urbana. A luta insana dos capitalistas pelo lucro levou à superprodução de mercadorias - inclusive a superprodução da “cidade” - e cria uma contradição aparentemente insolúvel, em que há muita produção, mas poucos consumidores com poder de compra. Por isso, a organização da indústria com fins privatistas entra em contradição com as soluções, cada vez mais socializadas, da vida em sociedade. Tal contradição atinge um nível dramático nos centros das grandes cidades, com um enorme exército de desempregados, acumulados em ruas que se tornaram grandes depósitos de seres humanos descartados pelo capital

A deterioração e a sobreacumulação no espaço urbano também ameaçam a própria indústria e toda a economia capitalista. A dependência entre diferentes ramos em uma mesma cadeia produtiva, a especialização regional, a divisão internacional do trabalho e a mundialização da economia levam a uma dependência da infraestrutura urbana. O caos urbano volta-se contra a produtividade industrial e beneficia atividades imobiliárias, que ocorrem em prejuízo da urbanização e das condições de vida.

Se o capitalismo, dependente da socialização do trabalho, a certa altura da história, passou a utilizar-se da forma democrática de governo, deve-se ter em conta que a democracia burguesa nada mais é que a máscara “do interesse público” em que se esconde o interesse da classe dominante, cujos membros disputam pelos lucros e se unem apenas para controlar a classe trabalhadora. Entra em questão a necessidade de uma plena democracia, para a qual a experiência da democracia operária realizada nas ocupações¹ de fábrica é uma contribuição valiosa.

Na democracia operária, as relações socialistas tenderiam a se desenvolver na produção industrial e

no consumo urbano, mas os interesses antedemocratas tentam impedir esse desenvolvimento, mesmo quando as propostas privatistas entram em falência e quando as crises poderiam ser resolvidas em interesse dos mais vulneráveis da sociedade pelo controle da classe trabalhadora, ocupando e dirigindo a recuperação das fábricas, os espaços da produção e, também, nas cidades, os espaços de consumo coletivo.

Tal socialização é uma necessidade e um risco para o capital e a sua medida é motivo de constante disputa. Sabe-se que nem todas formas nos levam ao caminho desejável e o capital, com cerca de duzentos anos de experiência acumulada na luta contra a moderna classe trabalhadora, combate violentamente para desviar o movimento operário e popular de seu objetivo. Por isso, é relevante a reflexão crítica sobre as experiências e os temas que os artigos deste dossiê apresentam.

A América Latina e a luta pelo emprego

A América Latina viveu um período de grande desemprego e ataques aos direitos trabalhistas no final do século XX e início do XXI, resgatando uma velha tradição do movimento operário: as ocupações de fábricas. As grandes crises econômicas e políticas, as realocações das multinacionais, a substituição de categorias profissionais inteiras por novas máquinas cada vez mais autônomas ou o encerramento de setores inteiros por terem se tornado obsoletos, levaram ao sepultamento postos de trabalho em diversos países e o abandono de vastas áreas urbanas. Os governos locais e nacionais lutam entre si oferecendo incentivos fiscais e as vantagens de que dispõe para não perder os lucros colaterais da permanência da indústria em seu território. Os sindicatos, em geral adaptados à ordem, distantes da base, cooptados pelo Estado e/ou pelas associações patronais, quase sempre se limitam a negociar as indenizações e direitos trabalhistas. Porém, em certos contextos históricos, a classe operária também combate o fechamento das plantas fabris. Mas quando o patrão decidiu abandonar a fábrica ou fechá-la para abrir em outro local, a greve já não tem mais efeito. É necessária outra forma de luta.

Os artigos aqui reunidos permitem uma ideia do sentido e do alcance deste movimento na América Latina, da última década do século 20 até o presente, em particular, no Brasil, na Argentina e na Venezuela, bem como de algumas das tendências presentes no movimento dos trabalhadores, como também de diferentes abordagens teóricas que tratam do tema.



Concentração de manifestantes na entrada da fábrica Flaskô. Créditos: Setor de mobilização de la Flaskô, arquivo del Centro de Memória Obrera y Popular-CEMOP.

Sobre os artigos do dossiê

Os artigos de Vinícius Camargo, Francisco Aviz Neto, Janaína do Nascimento e Alexandre Mandl relatam casos brasileiros do MFO - Movimento das Fábricas Ocupadas, a mais radical entre as vertentes brasileiras, cuja consigna de Estatização sob controle operário tornou-o abertamente crítico à linha oficial do então e atual governo brasileiro, a linha da Economia Solidária e do cooperativismo, mas também distinto da linha da autogestão. Do ponto de vista do MFO, a discussão da gestão contrapõe duas tendências, com origens distintas. O movimento associa a noção de autogestão, originária de uma concepção anarquista ou sindicalista, a uma redução dos objetivos históricos, estando a fábrica a serviço de seus ocupantes e não necessariamente a serviço de um objetivo de planificação de toda a economia, pela classe trabalhadora em seu conjunto. Sem negar a existência de inúmeras experiências que, identificando-se com a autogestão e mesmo utilizando a forma jurídica da cooperativa, colocam-se em confronto com a burguesia e o capitalismo, tal polêmica serve para aprofundar o debate no interior do mo-

vimento, apontando os riscos de sua assimilação pelas armadilhas do próprio sistema.

Vinícius Camargo, no artigo A ocupação de fábricas e a questão urbana, apresenta o caso da fábrica ocupada Flaskô e da Vila Operária e Popular, em cuja experiência o controle operário saltou os limites da planta fabril, envolvendo ampla problemática urbana, ocupando um terreno ao lado da fábrica e construindo uma vila, que cerca de 18 anos depois resultou em 564 unidades habitacionais regularizadas. Francisco Aviz Neto, com o artigo O controle fabril de operários e comunistas no centro urbano de Joinville-SC, indica o papel dos dirigentes políticos comunistas, que apresentaram aos trabalhadores da Cipla - e a seguir, às demais fábricas do movimento - um caminho de combate político radical. Entre as conquistas destacadas, vale frisar a redução da jornada de trabalho - para 30h semanais - sem redução de salários, o que deve despertar especial interesse na atualidade, quando se discute no parlamento brasileiro uma proposta de proibição da escala de trabalho 6x1 (seis dias de trabalho, com apenas um dia de descanso), ainda vigente no Brasil.

O texto de Janaína Quiterio do Nascimento, O internacionalismo no Movimento de Ocupação de Fábricas, enfatiza as ocupações da Cipla e Interfibra em Joinville-SC e as mobilizações que desde 2003, em pleno governo Lula, extrapolaram os limites locais, engajando caravanas à Brasília e conferências nacionais e internacionais. O relato demonstra o potencial da tática da ocupação e do controle operário, bem como o poder da solidariedade entre as ocupações, sua coordenação em nível nacional e internacional, causando medo e uma reação violenta do capital e dos governos para fazer cessar a experiência. Alexandre Mandl, seguindo o caminho de uma análise qualitativa da experiência brasileira, em seu trabalho O uso tático do Direito a partir da luta do MFO discute o uso tático do Direito como ponto de apoio para as demais táticas do movimento operário, tendo em vista o objetivo estratégico de superação da ordem social vigente, usando o “direito como barricada” e o “direito insurgente” para tensionar as contradições.

Flávio Chedid Henriques e Vanessa Moreira Sígolo, no artigo Empresas Recuperadas por Trabalhadores e Trabalhadoras no Brasil apresentam um breve panorama de um movimento mais amplo, o das Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores (ERTs). Explica seu impulso na década de 1990 com o aumento de falências e o surgimento de organizações como ANTEAG, UNISOL Brasil, Movimento de Fábricas Ocupadas e Fórum Brasileiro de Economia Solidária e apresenta alguns frutos do trabalho do Grupo de Pesquisa e Extensão em Empresas Recuperadas por Trabalhadores/as (GPERT).

No artigo Comunas y empresas recuperadas en Venezuela, Dario Azzellini fala sobre esta luta na Venezuela, com especial atenção às experiências em que a gestão dos trabalhadores se relaciona com as comunas, além dos conselhos comunais e das cidades comunais. Neste país, além das consignas políticas da autogestão e do controle operário e da nacionalização, surge a experiência da cogestão, entre outras medidas tomadas pelo governo de Hugo Chávez.

Por fim, Andrés Ruggeri, no artigo Una experiencia argentina de autogestión obrera, nos conta sobre as empresas recuperadas por trabalhadores (ERT), em especial durante a crise de 2001, que deu voz a uma tradição de ocupações de fábricas construída pelo movimento operário argentino durante décadas. Na Argentina, o movimento de ocupação de fábricas e empresas alcançou a maior extensão, conquistando em alguns casos a expropriação das empresas, e também gerou casos de especial conexão com outros movimentos e a comunidade no meio urbano.

Conclusão

A demonstração de que os trabalhadores podem produzir numa fábrica sem patrões faz pensar que a classe trabalhadora pode não ser apenas uma executora de ordens. De maneira que o relato dessas experiências demonstra a viabilidade de uma forma independente de organização dos trabalhadores, e expõem o caráter parasitário do patronato.

Quando os trabalhadores se livram do patrão na fábrica, a questão imediatamente se coloca no campo da distribuição dos produtos do trabalho, e questiona o controle da classe dominante não apenas dentro dos galpões, mas para além deles, nas cidades e também no campo. Quando uma fábrica sob a direção dos operários toma contato com outra, quando se coordenam, se articulam, coloca-se a necessidade do referente socialista para pensar a organização e o uso do espaço: a fábrica e a cidade, desde o nível local até o internacional, estão umbilicalmente conectadas por essa referência.

Nota

1. Estas ocupações não são assaltos a quaisquer empresas, mas sim movimentos organizados contra o encerramento - seja por fraudes ou por crises, pelas quais os trabalhadores não são responsáveis - e pela recuperação da produção, em defesa do emprego.

NOTA SOBRE LOS AUTORES

Vinicius Martins de Camargo é arquiteto e urbanista, formado pela UNESP, e mestrando na FAU-USP. Foi o autor do projeto urbanístico da Vila Operária e Popular, membro da coordenação do movimento em seu período inicial, além de trabalhador da Flaskô, entre 2005 e 2006. É autor do livro *Vila Operária e Popular - um terreno e uma fábrica ocupados: 10 anos de luta*.

Paulo Cesar Xavier Pereira. Sociólogo, mestre em Ciências Sociais e doutor em Ciência Política pela FFLCH da USP. Professor da FAU USP, dedicado ao ensino e a pesquisa sobre o desenvolvimento técnico da construção como campo particular de valorização do capital, que combina ganhos da acumulação industrial com as vantagens da urbanização.